



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão De Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização E Poder Local, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(Formato misto (presencial + videoconferência))

I. Parte

1 - Informações;

2 - Apreciação e votação das atas n.ºs 63 e 65, relativas às reuniões de 27 de janeiro e de 10 de fevereiro de 2021;

3 – Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 142/XIV/2.ª, da iniciativa de André Filipe Rodrigues Pedro Ferreira - Pelo acesso à Carreira Especial de Técnico Superior de Saúde - Ramo Psicologia Clínica

Relator: Deputado Moisés Ferreira (BE);

4 - Definição da metodologia dos trabalhos de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 68/XIV/2.ª (GOV) - Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e dos Projetos de Lei n.ºs 151/XIV/2.ª (PCP) - Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias Extintas; 620/XIV/2.ª (PEV) - Proceda à reposição de freguesias e 640/XIV/2.ª (BE) - Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias Extintas, que baixaram sem votação à comissão, em 29 de janeiro, a PPL por 60 dias e os PJJ por 30 dias;

5 - Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 619/XIV/2.ª (PSD) - Proceda à alteração dos limites territoriais da freguesia de Boivães e a União de Freguesias de Castro, Ruivos e Grovelas, do concelho de Ponte da Barca

Deputada autora do parecer: Maria da Luz Rosinha (PS);



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

6 - Discussão do Projeto de Resolução n.º 931/XIV/2.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que conclua com urgência o processo de abertura e avaliação de candidaturas, celebre os contratos e proceda aos pagamentos em dívida, referente ao apoio à recuperação dos danos causados em infraestruturas municipais nos distritos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu pelas tempestades Elsa e Fabien ocorridas em 2019;

7 - Outros assuntos.

II. Parte

16h00 - Audição da FESAP (Federação de Sindicatos da Administração Pública) no âmbito de requerimento apresentado pelo GP do PSD - (confirmada por Videoconferência)

17h00 - Audição da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública no âmbito de requerimento apresentado pelo GP do PSD - (confirmada por Videoconferência)

I - Parte

1 - Informações;

O Senhor Presidente da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, Deputado Fernando Ruas (PSD), que presidiu à reunião, informou os senhores Deputados que a audição com o Senhor Inspetor-Geral das Finanças, no âmbito de requerimento apresentado pelo GP do PSD, teria lugar no dia 24 de fevereiro de 2021, pelas 15 horas.

2 - Apreciação e votação das atas n.ºs 63 e 65, relativas às reuniões de 27 de janeiro e de 10 de fevereiro de 2021;



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado António Gameiro (PS), pedindo a palavra, solicitou que se tivesse em consideração as correções propostas pela Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), as quais já tinham sido enviadas aos serviços, no respeitante à ata n.º 63.

O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 63 com as correções propostas, e a ata n.º 65, tendo cada uma sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do CDS-PP, do PAN e do IL.

3 – Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 142/XIV/2.ª, da iniciativa de André Filipe Rodrigues Pedro Ferreira - Pelo acesso à Carreira Especial de Técnico Superior de Saúde - Ramo Psicologia Clínica

Relator: Deputado Moisés Ferreira (BE);

O Senhor Deputado José Maria Cardoso (BE), usando da palavra, solicitou que fosse adiado este ponto para a reunião seguinte.

4 - Definição da metodologia dos trabalhos de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 68/XIV/2.ª (GOV) - Define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias e dos Projetos de Lei n.ºs 151/XIV/2.ª (PCP) - Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias Extintas; 620/XIV/2.ª (PEV) - Procede à reposição de freguesias e 640/XIV/2.ª (BE) - Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias Extintas, que baixaram sem votação à comissão, em 29 de janeiro, a PPL por 60 dias e os PJJ por 30 dias;

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) saudou os presentes e apresentou a proposta do PS, sobre a metodologia a ser utilizada na apreciação das iniciativas supramencionadas.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), tomando da palavra, demonstrou alguma apreensão com a definição de datas concretas constantes da proposta do PS e solicitou, por outro lado, esclarecimentos no sentido de saber se o PS se opunha à audição de alguma das entidades elencadas na proposta do PSD.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado António Gameiro (PS), por sua vez, informou que o PS não se opunha à audição de nenhuma das entidades elencadas na proposta do PSD e que as datas definidas na proposta do PS eram meramente indicativas, tal como decidido na anterior reunião da Comissão.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), não se conformando com a aprovação de uma proposta de metodologia de onde constassem datas concretas para a audição de cada entidade, mencionou que o respeito pelo prazo global, de 60 dias, para discussão das iniciativas deveria ser o suficiente.

O Senhor Deputado José Maria Cardoso (BE) mencionou que se tinha chegado ao entendimento de que este processo se deveria realizar no espaço de um mês. Corroborou o entendimento de que a identificação de datas específicas para audição de cada entidade deveria ser entendido como sendo meramente indicativo e que o BE está disponível para ouvir mais do que uma entidade por semana. No respeitante às audições, mencionou que a nível quantitativo seria desejável um meio termo entre o proposto pelo PS e pelo PSD e, quanto a datas, sugeriu que em vez da definição de datas concretas, se estabelecesse um quadro temporal dentro do qual se deveria proceder à realização das audições.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) referiu que a posição do PCP era já do conhecimento dos restantes GP, embora não secundada pelos mesmos, retirando dessas posições uma leitura política. Esclareceu, por fim, que o Projeto de Lei do PCP baixou à Comissão por 30 dias.

O Senhor Presidente da Comissão, num esforço de síntese do que resultou da apreciação das propostas, informou que a metodologia dos trabalhos a ser seguida compreenderia três fases: (i) audição das entidades listadas pelos GP, num espaço de tempo predefinido; (ii) período de apresentação das propostas de alteração e (iii) fase final de votação na especialidade das iniciativas. Colocou, de seguida, a proposta apresentada à votação, a qual foi aprovada, com a abstenção do PCP e as ausências do CDS-PP, do PAN e do IL.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

**5 - Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 619/XIV/2.ª (PSD) -
Procede à alteração dos limites territoriais da freguesia de Boivães e a União de
Freguesias de Castro, Ruivos e Grovelas, do concelho de Ponte da Barca**

Deputada autora do parecer: Maria da Luz Rosinha (PS);

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS), tomando da palavra, apresentou sucintamente a iniciativa supramencionada, destacando que a mesma cumpria os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser votada em Plenário, relegando a sua opinião para essa sede.

De seguida, intervieram, individualmente, na apreciação do parecer os (as) Senhores (as) Deputados (as) Isaura Morais (PSD), José Maria Cardoso (BE) e Paula Santos (PCP), cumprimentando a Senhora Deputada autora do parecer pela exposição feita e nada mais tendo a acrescentar.

Colocado à votação foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, do PAN e do IL.

6 - Discussão do Projeto de Resolução n.º 931/XIV/2.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que conclua com urgência o processo de abertura e avaliação de candidaturas, celebre os contratos e proceda aos pagamentos em dívida, referente ao apoio à recuperação dos danos causados em infraestruturas municipais nos distritos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu pelas tempestades Elsa e Fabien ocorridas em 2019;

A Senhora Deputada Carla Borges (PSD) apresentou o Projeto de Resolução suprarreferido, referindo que a apresentação do mesmo se deveu à falta de esclarecimento, por parte da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a questões colocadas pelo PSD sobre o apoio à recuperação dos danos causados em infraestruturas municipais nos distritos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu pelas tempestades Elsa e Fabien ocorridas em 2019, consignado na [Resolução do](#)



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

[Conselho de Ministros n.º 102/2020](#), de 20.11.2020, que reconhece a verificação de condições excecionais e permite o recurso ao Fundo de Emergência Municipal para a concessão de auxílios financeiros aos municípios afetados pelas depressões Elsa e Fabien. Sublinhou o facto de na referida Resolução não terem sido inicialmente incluídos todos os distritos que foram prejudicados pelas tempestades e de por isso ter havido necessidade de a retificar, o que atrasou o processo. Sublinhou, por fim, a urgência de concretização deste processo de concessão de apoios com recurso ao Fundo de Emergência Municipal.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) manifestou ser do entendimento de que o Projeto de Resolução em discussão nada acrescenta ao processo de apoio que está em vias de conclusão e informou que os lapsos que a Resolução de Ministros poderia conter, já tinham sido objeto de retificação, através da [Declaração de Retificação n.º 49/2020, de 11.12.2020](#).

A Senhora Deputada Carla Borges (PSD), tomando novamente a palavra, referiu ter conhecimento da fase de execução deste processo, não obstante reforçou que a discussão referente aos apoios em causa já deveria ter ocorrido há mais tempo sem que tivesse havido necessidade de os GP colocarem questões ao Governo e apresentarem Projetos de Resolução sobre este assunto.

7 - Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à discussão a definição dos tempos constantes das grelhas utilizadas nas reuniões de Comissão.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) mencionou que, numa lógica de representatividade, os DURPs não deveriam ter o mesmo tempo de intervenção que os GP.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) referiu ser do entendimento que os DURPs não deveriam ter o mesmo tempo que os GP, exceto em sede de apresentação de requerimentos.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado José Maria Cardoso (BE) referiu que, numa lógica de respeito pela pluralidade de participação as intervenções dos DURPs e GP deveriam ter o mesmo tempo.

O Senhor Presidente da Comissão solicitou aos senhores Deputados que apresentassem propostas concretas sobre esta matéria, a serem discutidas na próxima reunião de Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão colocou ainda à discussão e votação o requerimento apresentado pelo PSD para Audição do Sr. Secretário-Geral da Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP), do Sr. Coordenador da Frente Comum, da Sra. Presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), da Sra. Presidente do Conselho Diretivo da ADSE e da Sra. Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, relativo à lista de alargamento das inscrições da ADSE.

A Senhora Deputada Carla Barros (PSD) saudou os presentes e procedeu a uma sucinta apresentação do requerimento.

Nesse seguimento o Senhor Deputado António Gameiro (PS) tomou da palavra para mencionar nada ter a opor ao requerimento apresentado pelo PSD.

Submetido à votação foi o referido requerimento aprovado pelos GP presentes.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

II Parte

16h00 - Audição da FESAP (Federação de Sindicatos da Administração Pública) no âmbito de requerimento apresentado pelo GP do PSD - (confirmada por Videoconferência)



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão presidiu à segunda parte da reunião, deu as boas vindas aos representantes da FESAP (Federação de Sindicatos da Administração Pública), os senhores José Abraão, Ricardo Freitas e Carlos Almeida e deu, de seguida, a palavra ao GP proponente do requerimento que fundamentou a audição.

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) saudou os presentes e informou que a apresentação do requerimento por parte do PSD foi motivada por uma questão colocada à Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e por terem conhecimento de situações de desigualdade entre profissionais do setor público e privado no que respeita à concretização e respeito pelas regras estabelecidas sobre o teletrabalho, estando os funcionários públicos em desvantagem e mais desprotegidos face aos trabalhadores do setor privado. Referiu ainda que os funcionários públicos não têm nenhum mecanismo adequado à sua disposição que lhes permita fazer queixas sobre a existência de situações de violação das regras de teletrabalho.

O Senhor Secretário Geral da FESAP, José Abrão, cumprimentou os presentes e agradeceu o convite, mencionou que as questões referentes ao teletrabalho merecem toda a atenção, mencionando que, após a entrada em vigor do [Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março](#), que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, alertaram o Governo para a necessidade de regulamentar o teletrabalho na Administração Pública. Participaram em três reuniões e abordaram questões relacionadas com as ferramentas digitais, igualdade no teletrabalho, modalidades de teletrabalho, assiduidade, horário do teletrabalho, entre outras. Não obstante os contributos que têm dado, referiu que as situações de desigualdade entre o setor privado e público se mantêm.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) saudou os presentes e informou que não poderia estar presente durante toda a reunião por impossibilidade de agenda.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) cumprimentou os presentes e referiu que o teletrabalho sofreu uma substancial evolução graças à pandemia, pelo que embora acompanhasse algumas das preocupações manifestadas, informou que estaria a ser



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

concluído um estudo de caracterização do teletrabalho em Portugal. A final, questionou o senhor presidente da FESAP sobre as propostas concretas que teriam feito ao Governo sobre esta matéria.

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) pediu um esclarecimento ao senhor Secretário Geral da FESAP no sentido de saber se os funcionários públicos, atualmente em regime de teletrabalho, estão nessa situação por vontade própria ou por imposição das respetivas entidades. Manifestou preocupação quanto a possíveis iniciativas legislativas que possam estar a ser desenvolvidas pelo Governo sem que disso se tenha conhecimento e terminou afirmando que não se pode exigir ao setor privado aquilo que não se aplica no setor público.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou os presentes e demonstrou preocupação quanto a problemas associados ao teletrabalho na função pública bem como quanto à prestação dos serviços essenciais às populações. Referiu que o teletrabalho não pode ser a resposta para todos os problemas e que o exercício de teletrabalho não pode refletir uma diminuição dos direitos dos trabalhadores nem um acréscimo de custos a ele associados. Solicitou, por fim, esclarecimento ao senhor Secretário Geral da FESAP no sentido de saber a sua opinião quanto a iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP, referentes a esta matéria, que seriam discutidas no plenário no dia seguinte.

O Senhor Secretário Geral da FESAP sublinhou que reuniram três vezes com o Governo sobre esta matéria e que qualquer decisão tomada sobre a regulação do teletrabalho deveria ser precedida da consulta dos parceiros sociais. Mencionou que existe um excesso de diplomas legislativos, mas que isso não equivale a uma regulação devida do teletrabalho, o que tem resultado num acréscimo de discricionariedade na aplicação das regras existentes sobre teletrabalho. O Senhor Ricardo Freitas saudou os presentes e referiu que o regime do teletrabalho não está devidamente regulamentado e que a FESAP tem propostas concretas sobre esta matéria. O Senhor Carlos Almeida cumprimentou os presentes e apelou a que o Governo trate esta situação de outra forma. O Senhor Secretário Geral José Abraão finalizou a sua intervenção afirmando que a fiscalização do cumprimento das regras de teletrabalho está descentralizada a



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

nível de tutela governamental, o que contribui para um tratamento arbitral e discriminatório dos trabalhadores da função pública.

A audição foi gravada em suporte áudio e [vídeo](#), pelo que se dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

17h00 - Audição da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública no âmbito de requerimento apresentado pelo GP do PSD - (confirmada por Videoconferência)

O Senhor Presidente da Comissão presidiu à reunião, deu as boas vindas ao representante da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), o senhor Sebastião Santana, e deu, de seguida, a palavra ao GP proponente do requerimento que fundamentou a audição.

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) saudou os presentes e informou que a apresentação do requerimento por parte do PSD foi motivada por uma questão colocada à Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e por terem conhecimento de situações de desigualdade entre profissionais do setor público e privado no que respeita à concretização e respeito pelas regras estabelecidas sobre o teletrabalho. Evidenciou a necessidade de regulação desta matéria e solicitou esclarecimentos ao senhor coordenador da FCSAP no sentido de saber se existem efetivamente negociações com o Governo e se tinha conhecimento de alguma plataforma que possa ser utilizada pelos funcionários públicos para poderem realizar reclamações sobre problemas associados ao teletrabalho, sem ser junto de entidades sindicais.

A reunião passou a ser presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Raul Miguel Castro (PS), que substituiu o Senhor Presidente da Comissão.

O senhor coordenador da FCSAP, Sebastião Santana, cumprimentou os presentes e referiu que esta resposta excecional a circunstâncias também excecionais não se



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

deveria transformar numa situação definitiva. Mencionou que o teletrabalho está bem regulamentado, mas não é devidamente cumprido. Referiu que os funcionários públicos têm a possibilidade de apresentar as suas reclamações a entidades sindicais e que a conciliação da vida profissional de um funcionário público em teletrabalho com a prestação de assistência a filhos menores é difícil.

A Senhora Deputada Ana Passos (PS) saudou os presentes e informou que o Governo se encontra em fase de recolha de dados sobre o teletrabalho e que os mesmos serão divulgados em breve. Questionou o senhor coordenador da FCSAP no sentido de se saber quais as propostas que têm a fazer sem se colocar em causa a prestação dos serviços públicos e de que forma se poderá proteger a igualdade de género no teletrabalho.

A Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) sublinhou a necessidade de se apresentarem dados sobre o teletrabalho especificamente sobre os funcionários públicos, perguntando se houve negociações com o Governo e se estão a exigir ao setor público o mesmo que exigem ao setor privado no referente a teletrabalho.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) cumprimentou os presentes e lembrou a necessidade de se garantir a prestação dos serviços essenciais, assegurando-se que não se restringem os direitos dos trabalhadores e não se exigem encargos acrescidos com a aplicação do teletrabalho. Alertou para a desregulação dos horários de trabalho em sede de teletrabalho que está a ocorrer no setor privado e solicitou opinião quanto a propostas do PCP, referentes a esta matéria, que seriam discutidas no plenário no dia seguinte.

O senhor coordenador da FCSAP mencionou que o teletrabalho ultrapassa as questões associadas à igualdade de género, sendo importante um enquadramento num regime excecional. Informou que reuniram com o Governo, mas que não debateram nenhuma proposta concreta. Alertou para a existência de problemas associados à assistência à família durante o teletrabalho e que os acidentes de trabalho também carecem de proteção. Finalizou informando desconhecer o estudo referido pelo PS.



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

A audição foi gravada em suporte áudio e [vídeo](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 fevereiro 2021.

O PRESIDENTE

(FERNANDO RUAS)



**Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa,
Descentralização e Poder Local**

ATA NÚMERO 66/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos (PS)
António Gameiro (PS)
Eurídice Pereira (PS)
Fernando Paulo Ferreira (PS)
João Azevedo (PS)
Luís Moreira Testa (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Palmira Maciel (PS)
Pedro Sousa (PS)
Raul Miguel Castro (PS)
Carla Borges (PSD)
Carlos Peixoto (PSD)
Fernando Ruas (PSD)
Isaura Moraes (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
José Cancela Moura (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Joana Mortágua (BE)
José Maria Cardoso (BE)
Paula Santos (PCP)
Bebiana Cunha (PAN)
Clarisse Campos (PS)
João Gouveia (PS)
Norberto Patinho (PS)
Vera Braz (PS)
Alberto Machado (PSD)
Carla Barros (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Diana Ferreira (PCP)